

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

## Portugal- O Orçamento como Plasticina: o Estado português e a banalização do dinheiro público

Publicado em 2026-03-09 09:02:21



### BOX DE FACTOS

- A Lei de Enquadramento Orçamental exige transparência, informação fiável, completa e comparável.
- As alterações orçamentais existem na lei, mas têm de ser justificadas, comunicadas e publicadas.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

financeira pública.

- Em 2024, a comparticipação do Orçamento do Estado para equilibrar a CGA aumentou 823 milhões de euros, o maior acréscimo dos últimos anos.
- O Tribunal de Contas voltou a assinalar que a Conta Geral do Estado não tem sido apresentada nos moldes exigidos pela própria lei.
- Sem escrutínio material, a flexibilidade orçamental degrada-se em arbitrariedade política.

## O Orçamento como Plasticina

*Há países que tratam o Orçamento do Estado como um compromisso solene com os contribuintes. Em Portugal, demasiadas vezes, trata-se como se fosse uma massa moldável, boa para remendos, truques de tesouraria e acrobacias de conveniência.*

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

não como um pacto transparente com o país, mas como um tabuleiro interno de ajustamentos, deslocações, expedientes e emendas sucessivas. O contribuinte paga em moeda real; o sistema responde-lhe muitas vezes com ficção contabilística.

Convém ser rigoroso: a lei admite revisões e alterações orçamentais. Não é ilegal, por si só, mover verbas, ajustar previsões ou corrigir rumos. Mas uma democracia séria não se mede apenas pelo que a lei permite; mede-se também pela clareza com que explica, pela disciplina com que executa e pela honestidade com que presta contas. Quando a exceção passa a método, quando o ajustamento se torna reflexo e quando a explicação pública mingua, o orçamento deixa de ser governo e passa a ser gestão de bastidores.

## **A arte portuguesa de chamar gestão ao que muitas vezes é improviso**

A Lei de Enquadramento Orçamental fala de transparência, fiabilidade, completude e comparabilidade. Belíssimas palavras. Quase musicais. O problema é que, quando descemos do violino jurídico ao rés-do-chão da execução, a melodia embate demasiadas vezes numa porta fechada. As alterações fazem-se, as rubricas mexem-se, os saldos acomodam-se, os desvios regularizam-se, e o cidadão comum

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

ser cidadania. Porque um orçamento não é apenas uma tabela de receitas e despesas: é uma arquitectura moral. Diz-nos quem paga, quem beneficia, quem é protegido, quem é adiado, quem é compensado e quem serve de almofada quando o sistema precisa de respirar mais um trimestre sem escândalo político.

E Portugal habituou-se a uma elasticidade perigosa. Quando falta aqui, puxa-se dali. Quando sobra acolá, reaproveita-se além. Quando a pressão aperta, cria-se mais uma solução transitória, mais um arranjo, mais um remendo apresentado como prudência. O nome técnico muda; a sensação pública permanece: há demasiada plasticidade numa matéria onde devia existir contenção, rasto e justificação clara.

## **A CGA, a Segurança Social e o nevoeiro das compensações**

Um dos pontos mais sensíveis deste labirinto é a relação entre a Caixa Geral de Aposentações, o Orçamento do Estado e o sistema mais vasto da protecção social. O Conselho das Finanças Públicas tem vindo a assinalar, preto no branco, que os desvios observados na Segurança Social e na CGA não evidenciam um processo de orçamentação alinhado com as melhores práticas de gestão financeira pública. Traduzido da

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

Em 2024, a comparticipação do Orçamento do Estado destinada a assegurar o equilíbrio financeiro da CGA aumentou 823 milhões de euros, o maior acréscimo dos últimos anos. Não se trata de demonizar pensionistas nem de negar obrigações do Estado. Trata-se de dizer com frontalidade que um país pobre não pode viver eternamente de equilíbrios artificiais, expedientes cumulativos e transferências tratadas como se fossem apenas linhas inocentes num mapa excelentemente opaco.

O mais grave não é existir apoio do Estado a um sistema pressionado por demografia, envelhecimento e desenho histórico. O mais grave é persistir uma cultura em que os desvios se banalizam, as correcções se normalizam e o debate público raramente acompanha, em profundidade e com linguagem compreensível, a anatomia real dessas decisões. O povo ouve palavras. O sistema move dinheiro.

## **A orçamentação incremental: a religião preguiçosa do Estado**

Outro vício estrutural é a velha lógica de partir do que se gastou no ano anterior, juntar inflação, acrescentar excepções, distribuir indulgências administrativas e baptizar tudo isto de planeamento. É a religião preguiçosa da

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

mais do que a avaliação.

Esta mecânica produz uma administração pública que protege a repetição, recompensa a opacidade e dificulta a reavaliação séria da utilidade de cada euro. Em vez de um orçamento centrado em objectivos, resultados e impacto mensurável, obtém-se demasiadas vezes um orçamento centrado em precedente, hábito e músculo burocrático. E depois espantam-se de que o Estado cresça em despesa com a mesma naturalidade com que um muro húmido ganha bolor.

O Tribunal de Contas tem insistido no essencial: não basta gastar; é preciso saber, demonstrar e provar como se gastou, com que base, com que imagem verdadeira e apropriada, com que fiabilidade e com que integração efectiva das contas. Quando a própria Conta Geral do Estado não surge nos moldes exigidos pela lei, não estamos perante um pequeno detalhe técnico. Estamos perante uma fissura no coração do edifício financeiro do regime.

## **Quando a lei existe, mas a prática escorrega**

E aqui chegamos ao ponto mais português de todos: temos leis, princípios, artigos, quadros, deveres de informação, deveres de publicação, deveres de controlo e até entidades

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

tolerância ao desfasamento entre o que promete e o que entrega.

A UTAO lembrou, em 2025, algo que devia ser tão banal quanto respirar: informação tempestiva e completa é essencial ao escrutínio informado da Assembleia da República. Parece um truísmo. Em Portugal, porém, o truísmo ainda precisa de ser repetido como se fosse descoberta arqueológica. O país continua a viver demasiado entre a norma formal e a execução nebulosa, entre o dever de informar e a arte de diluir, entre a contabilidade que deveria iluminar e a burocracia que tantas vezes obscurece.

## **Isto não é monopólio. É pior.**

Dizer que o Estado joga ao monopólio com o dinheiro público até pode soar a metáfora dura. Mas a verdade talvez seja mais severa: no monopólio ainda se vê o tabuleiro, conhecem-se as casas e todos percebem quando alguém comprou a avenida errada. No orçamento português, demasiadas vezes o tabuleiro chega tarde, as peças mudam de sítio sem narrativa pública inteligível e o contribuinte só descobre o resultado quando a factura já está paga.

Ninguém sério pode chamar automaticamente “roubo” a toda a transferência, a toda a alteração ou a toda a

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

plenamente fiável e quando os alertas institucionais se repetem ano após ano, estamos perante uma degradação grave da responsabilidade democrática.

Um país depauperado não tem o direito de gerir levianamente os seus escassos recursos. Cada euro público arrancado ao trabalho, ao consumo e ao sacrifício dos cidadãos deveria viajar com passaporte visível, itinerário conhecido e prestação de contas inequívoca. Tudo o resto não é governação moderna. É arbitrariedade administrada com linguagem técnica.

## **Epílogo: a contabilidade do nevoeiro**

Portugal não precisa apenas de mais receitas, nem apenas de mais crescimento, nem apenas de mais fundos europeus. Precisa de uma ética orçamental adulta. Precisa de um Estado que trate o orçamento como contrato de confiança e não como almofada táctica. Precisa de departamentos avaliados pelo valor que entregam e não pelo ruído histórico da despesa que arrastam. Precisa de um povo que possa seguir o dinheiro sem lanterna nem intérprete.

Porque onde a transparência falha, a confiança apodrece. E onde a confiança apodrece, a democracia transforma-se

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

**Lei de Enquadramento Orçamental** — princípio da transparência orçamental, dever de informação fiável, completa e comparável, regime de revisões e alterações orçamentais, e obrigação de publicação das alterações.

**Conselho das Finanças Públicas** — relatórios sobre a evolução orçamental da Segurança Social e da CGA em 2023 e 2024, assinalando desvios e processos de orçamentação não alinhados com as melhores práticas de gestão financeira pública.

**Tribunal de Contas** — Pareceres sobre a Conta Geral do Estado de 2022, 2023 e 2024, com reservas, recomendações e advertências sobre fragilidades persistentes, atrasos na implementação da LEO e insuficiências na prestação de contas.

**UTAO** — relatórios de apreciação do Orçamento do Estado, sublinhando a centralidade da informação completa e tempestiva para permitir escrutínio parlamentar informado.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

**Frase final:** Quando o Orçamento deixa de ser espelho da verdade e passa a ser cortina de fumo, já não estamos perante finanças públicas — estamos perante a contabilidade do nevoeiro.

## A Face Negra da Governação

*Por trás da fachada institucional, dos PowerPoints, das conferências e das palavras solenes sobre “rigor”, “responsabilidade” e “sustentabilidade”, aparece demasiadas vezes a face negra de um Estado que trata o dinheiro do povo como matéria moldável, quase sem memória moral e quase sem prestação de contas digna desse nome.*

É precisamente aí que se revela a sombra mais inquietante da governação em Portugal. Não apenas no défice, nem apenas na dívida, nem sequer apenas na ineficiência

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

O mais grave nem sequer é apenas o desarranjo técnico. É a erosão ética. Quando governar passa a ser deslocar verbas, tapar buracos, maquilhar contas e empurrar responsabilidades para o futuro, a democracia começa a ganhar o aspecto de um teatro cansado: o palco ainda brilha, os discursos mantêm a solenidade, os ministros continuam a falar de estabilidade e de compromisso, mas os bastidores começam a cheirar a bolor.

A ferida está aqui. Num país já depauperado, em que milhões de cidadãos vivem entre salários curtos, pensões esmagadas e serviços públicos sob tensão permanente, brincar com o Orçamento do Estado não é apenas incompetência administrativa. É uma forma de desrespeito nacional. É tratar o esforço fiscal dos portugueses como se fosse uma abstracção sem rosto, um fluxo impessoal de números susceptível de ser rearrumado a bel-prazer.

E quando isso acontece repetidamente, quando as verbas parecem ganhar pernas e circular entre rubricas sem narrativa pública inteligível, quando a transparência surge mais como ornamento retórico do que como disciplina efectiva, o cidadão deixa de ver no Estado uma

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

É essa a face negra da governação: não apenas a do erro, mas a da normalização do erro; não apenas a da má gestão, mas a da gestão sem escrúpulo moral bastante para reconhecer que cada euro público é fruto de trabalho, sacrifício e renúncia de vidas concretas. O dinheiro do Estado não cai do céu. Sai do corpo vivo do país.

Quando esse dinheiro é tratado como plasticina administrativa, quando os equilíbrios são mantidos por truques, remendos e deslocações pouco transparentes, o problema deixa de ser só financeiro. Passa a ser civilizacional. Porque um regime que perde o respeito pelo significado moral do dinheiro público começa também, pouco a pouco, a perder o respeito pelos próprios cidadãos.

E nesse instante, a governação já não é um exercício sério de responsabilidade colectiva. Torna-se uma encenação burocrática, um jogo de bastidores, uma contabilidade sem alma. O país continua a pagar. Mas deixa de saber, com clareza, quem decide, porquê, em nome de quê e com que legitimidade material.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

dissolver-se no nevoeiro administrativo, sem explicação pública proporcional ao sacrifício que exigem aos contribuintes.

**Nota 2.** O Orçamento do Estado não deveria ser barro nas mãos do poder, mas sim um pacto de clareza entre quem governa e quem paga. Quando esse pacto se quebra, a confiança pública começa a apodrecer em silêncio.

**Nota 3.** Há um momento em que a opacidade deixa de ser falha técnica e passa a ser vício de regime. E quando isso acontece, já não estamos apenas perante má gestão: estamos perante a banalização política do desrespeito pelo povo.

**Nota 4.** Num país fustigado por pobreza, baixos salários e serviços públicos exaustos, governar sem rigor é mais do que incompetência. É uma forma subtil de violência social exercida em nome da normalidade.

**Nota 5.** A seriedade de um Estado mede-se menos pelo fulgor dos seus discursos do que pela limpidez das suas contas. Quando o brilho da retórica tapa a sombra dos bastidores, a democracia corre o risco de se tornar apenas cenário.

# Blogue Fragmentos do Caos



*A verdade nasce onde o pensamento é livre.*

- Francisco Gonçalves

**Leitura recomendada - Portugal: A Roda, a Escola e a Ilusão**

 [GitHub Pages](#)

 [CodeBerg Pages](#)



**Fragmentos do Caos:** [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)